

SUMÁRIO

1

BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE: DA MICRORREFORMA INSTITUÍDA PELA MP Nº 664/2014 À MACRORREFORMA PROMOVIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019. EM BUSCA DO EQUILÍBRIO ENTRE PROTEÇÃO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	19
---	-----------

Alex Pereira Franco

Introdução.....	20
1. O estado da arte do benefício de pensão por morte em momento anterior às microrreformas iniciadas pela MP nº 664/2014 e a reforma promovida pela EC nº 103/2019	21
2. O benefício de pensão por morte após as microrreformas infralegais iniciadas pela MP nº 664/2014 e a reforma promovida pela EC nº 103/2019	23
3. Conclusão	44
Referências	45

2

A REVISÃO DA VIDA TODA SOB A ÓTICA DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019 49

Alexandre César Diniz Moraes Lima

Introdução.....	49
1. Contexto histórico do cálculo do salário de benefício	50
2. Revisão da vida toda: conceito e aspectos controvertidos	53
3. Posição jurisprudencial	57
4. A Emenda Constitucional nº 103/2019	64
5. Conclusão	68
Referências	70

3

AS CARTAS DE DIGNUS E EFÍCIS: REFORMA PREVIDENCIÁRIA, DIGNIDADE E EFICIÊNCIA..... 71

Andre Studart Leitão e Zélia Luiza Pierdoná

Introdução.....	72
1. A carta de Dignus ao povo, publicada no “diário de justizia” um dia depois da promulgação reforma.....	76
2. A carta de Efícis ao povo, publicada no “diário de justizia” dois dias depois da promulgação da reforma	78
3. A carta de Conclusio ao povo, publicada no “diário de justizia” três dias depois da promulgação da reforma.....	96
4. Referências	98

4

**AS REFORMAS DO CONTENCIOSO PREVIDENCIÁRIO
NA FRANÇA E SEUS EFEITOS PARA A ADJUDICAÇÃO DE
BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE 101**

Davi Monteiro Diniz

Introdução.....	102
1. O sistema de previdência social da França	103
1.1. Histórico de formação e situação presente.....	103
1.2. Coordenação dos benefícios por incapacidade pela CNAMTS	107
1.3. Benefícios por incapacidade e a atuação das caixas regionais e locais.....	108
2. O contencioso da segurança social na França.....	109
2.1. Modo de abordagem	109
2.2. Jurisdição administrativa e benefícios da segurança social	109
2.3. Jurisdição de direito comum e benefícios da segurança so- cial.....	111
2.4. Evolução do contencioso judicial da segurança social da França.....	112
3. Reformas do contencioso da segurança social no Século XXI	115
3.1. As reformas de 2002	115
3.2. As reformas de 2016-2019.....	118
4. O procedimento contencioso atual para benefícios por incapacidade.....	120
4.1. Abrangência do contencioso da segurança social	120

4.2. O recurso obrigatório às CRA e CMRA	121
4.3. O procedimento nas instâncias judiciais	123
4.4. Aspectos centrais às reformas	124
5. Conclusão	125
Referências	127

5

A RENDA MENSAL DA APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE NO RGPS APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL 103/2019.....	131
---	------------

Frederico Amado

Introdução.....	131
1. Tratamento diferenciado do acidente de trabalho e contribuição SAT	132
2. Princiologia e <i>déficit</i> previdenciário	136
3. Conclusão	144
Referências	144

6

A COMPETÊNCIA DELEGADA DEPOIS DA EC 103/2019: A CONSTITUCIONALIDADE DA LEI 13.876/2019	145
---	------------

Hermes Arrais Alencar

1. Competência jurisdicional para apreciar ações em face do INSS	146
--	-----

1.1. Justiça Federal.....	147
1.2. Competência para ações previdenciárias em sentido estrito	148
2. Competência delegada à justiça estadual antes da EC 103/2019	149
2.1. EC 103/2019. Competência delegada. Alteração do § 3º do art. 109 da CF. Pretensão governamental acolhida pelo Congresso Nacional.....	151
2.2. Competência Delegada e a Lei nº 13.876, de 20.9.2019..	153
2.3. Competência delegada e a constitucionalidade da lei nº 13.876, de 20.9.2019	157
2.3.1. Lei nº 9.718 colimava ampliar a base de cálculo da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	159
2.3.2. Lei 9.506, de 1997, pretendia instituir fonte nova de custeio da seguridade social, contribuição social sobre o subsídio de agente político.....	161
2.4. Da constitucionalidade declarada pelo STJ no julgamento do IAC nº 6.....	161
2.5. TRF-3 Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade cível nº 5012488-76.2020.4.03.0000.....	164
3. Conclusão	166
Referências	167

7

NOVAS FONTES DE FINANCIAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: EM BUSCA DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL	169
--	------------

Marcelo Barroso Lima Brito de Campos

Introdução.....	170
1. A relação entre custeio e benefício previdenciários: necessidade de equilíbrio financeiro e atuarial.....	170
2. A busca pelo equilíbrio financeiro e atuarial por meio das reformas constitucionais previdenciárias já instituídas: utilização dos métodos tradicionais de aumento de contribuições e redução do valor dos benefícios	174
3. Quebrando paradigmas: a busca do equilíbrio financeiro e atuarial da previdência social por meio das novas fontes de financiamento.....	179
4. Conclusões.....	189
Referências	191

8

A GESTÃO RESPONSÁVEL E SUSTENTÁVEL DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E A EFETIVAÇÃO DO DIREITO SOCIAL À PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	195
---	------------

Marina Brito Battilani e Maurício Maia

Introdução.....	196
1. Direito à previdência social como direito fundamental	198
2. A Emenda Constitucional nº 103/2019 e o estabelecimento de normas de governança dos regimes próprios de previdência social.....	200
3. Ferramentas de governança: o certificado de regularidade previdenciária e o pró-gestão RPPS.....	206
4. Conclusão	209
Referências	210

9

O RECOLHIMENTO COMPLEMENTAR DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA NO CONTEXTO DA TUTELA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 213

Mario Augusto Carboni, Thaísa Juliana Sousa Ribeiro e Victor de Ozêda Alla Bernardino

Introdução.....	214
1. O fundamento ensejador da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019: balanceamento das contas públicas da previdência social.....	217
1.1. A concreção da regra constitucional.....	222
2. Análise crítica do recolhimento complementar da contribuição previdenciária: solidariedade, universalidade, equidade de participação no custeio e publicidade.....	225
3. A relação do recolhimento complementar da contribuição previdenciária com o equilíbrio financeiro e atuarial, contributividade e sistema de proteção do seguro social.....	231
4. Considerações finais.....	239
Referências.....	239

10

A PROPORCIONALIDADE NA FIXAÇÃO IMPERATIVA DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO COMO CONDIÇÃO À HARMONIOSA MANUTENÇÃO DO PACTO ENTRE GERAÇÕES..... 245

Miguel Horvath Júnior e Marcus Vinicius Rodrigues Lima

Introdução.....	246
-----------------	-----

1. Breve histórico acerca das reformas previdenciárias	248
2. A salvaguarda das regras de transição contextualizadas nas reformas previdenciárias	251
3. O necessário imperativo das regras de transição.....	255
4. A natureza jurídica da segurança e das regras de transição.....	258
5. A proporcionalidade das regras de transição como essência do equilíbrio sistêmico	262
6. A busca da harmonização do pacto entre gerações	264
7. Considerações finais.....	267
Referências	268

11

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E OS ELEMENTOS PROBATÓRIOS PARA COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE RURAL PELO SEGURADO ESPECIAL: REFLEXOS PROCESSUAIS NA ATUAÇÃO DO ADVOGADO PÚBLICO	273
--	------------

Rodrigo Araújo Ribeiro

Introdução.....	274
1. Segurado especial, exercício de atividade rural e benefícios previdenciários	274
2. Comprovação do exercício de atividade rural	276
3. Reflexos processuais da reforma previdenciária na atuação do advogado público.....	281
4. Conclusão	285
Referências	286

12

A PAULATINA FINANCEIRIZAÇÃO DOS PILARES BÁSICOS DO SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL 289

Társis Nametala Sarlo Jorge

Introdução.....	289
1. Esquemas de financiamento previdenciário	290
1.1. Esquema Bismarckiano	290
1.2. Esquemas Bismarckianos e Beveridgeanos: a questão da universalidade ou não da abrangência do sistema	291
2. O sistema de repartição	295
3. A financeirização do capital	297
4. A financeirização da seguridade social: 1ª abordagem	298
5. A moeda de troca previdenciária: a carência.....	300
6. A financeirização da seguridade social: 2ª abordagem	300
7. Conclusão	302
Referências	302